

PEP 2024 – 6ª AVALIAÇÃO DE TREINAMENTO
FICHA AUXILIAR DE CORREÇÃO
(UMA SOLUÇÃO)

HISTÓRIA

1ª QUESTÃO (Valor 6,0)

Analisar os fatores políticos e psicossociais que deram causa à Proclamação da República no Brasil, **destacando** as personalidades que tiveram atuação relevante naquele período histórico e **concluindo** quanto à configuração do cenário político brasileiro nos anos subsequentes.

1. MÉTODO

PARÂMETRO	IDEIAS	ASPECTOS A SEREM CONSIDERADOS – INTRODUÇÃO		Obs
Introdução (10% a 15%) Identificação do objeto correto	M1	Abordagem da ideia central.		
	M2	Delimitação do espaço geográfico e/ou do tempo		
	M3	Ideias complementares relacionadas com a questão que evidenciem uma preparação correta para o desenvolvimento		
	M4	Não elaboração da introdução de forma abrupta.		
	M5	Não antecipação de partes do desenvolvimento.		
	M6	Ligação com o desenvolvimento.		
PARÂMETRO	IDEIAS	ASPECTOS A SEREM CONSIDERADOS – DESENVOLVIMENTO		Obs
Desenvolvimento (55% a 70%) Compreensão do nível de desempenho/ Identificação do objeto correto	M7	Divisão da solução em introdução, desenvolvimento e conclusão.		
	M8	Divisão do todo em partes coerentes.	Totalmente.	
			Mais da metade das partes está coerente com o todo.	
			Menos da metade das partes está coerente com o todo.	
	M9	Identificação da coerência das ideias com o objeto.	Divisão sem coerência.	
			Totalmente.	
			Atendimento em mais da metade das ideias.	
	M10	Análise das ideias com ligação de causa e efeito.	Atendimento em menos da metade das ideias.	
			Totalmente.	
			Não atendimento das ideias.	
	M11	Elaboração das ideias dos destaques	Mais da metade das ideias com ligação.	
			Totalmente.	
Menos da metade das ideias com ligação.				
M12	Elaboração das conclusões parciais.	Ideias sem ligação.		
		Totalmente.		
		Mais da metade das ideias com destaque.		
M13	Elaboração das conclusões parciais.	Menos da metade das ideias com destaque		
		Totalmente.		
		Ideias sem destaque		
M14	Elaboração das conclusões parciais.	De forma dedutiva.		
		Limitando-se a resumir.		
		Não elaborou as conclusões parciais.		
PARÂMETRO	IDEIAS	ASPECTOS A SEREM CONSIDERADOS – CONCLUSÃO		Obs
Conclusão (20% a 30%) Compreensão do nível de desempenho	M13	Retomada da ideia central		
	M14	Elaboração da síntese coerente com as conclusões parciais.	Com as ideias essenciais e de forma dedutiva.	
			Parcialmente com as ideias essenciais.	
			Não elaborou a síntese ou limitou-se a resumir.	
	M15	Conclusão baseada nos aspectos desenvolvidos (lógica).	Na conclusão, todas as ideias têm suporte na introdução ou no desenvolvimento.	
			Na conclusão, mais da metade das ideias tem suporte na introdução ou no desenvolvimento.	
Na conclusão, menos da metade das ideias tem suporte na introdução ou no desenvolvimento				
Ideias sem suporte.				
M16	Elaboração do parágrafo conclusivo.			
MÉTODO – MENÇÃO (E-MB-B-R-I)				

2. CONHECIMENTO

PARÂMETRO	IDEIAS	ASPECTOS A SEREM CONSIDERADOS – INTRODUÇÃO	Obs
<p>Introdução (10% a 15%)</p> <p>Algumas ideias</p>	C1	A Proclamação da República brasileira foi um levante político-militar, ocorrido em 15 de novembro de 1889, que instaurou a forma republicana federativa e presidencialista de governo no Brasil, derrubando a monarquia constitucional do Império.	
	C2	No século XIX, o Brasil passou por profundas transformações. Tornou-se independente em 1822 e o governo instituído, desde então, foi uma monarquia constitucional parlamentarista representativa, de 1822 a 1889 (Primeiro Reinado, Período Regencial e Segundo Reinado). Fruto de fatores políticos, econômicos e psicossociais combinados, o imperador Dom Pedro II foi destituído do poder.	
	C3	A partir de 1870, durante o Segundo Reinado, a monarquia vivenciou diversas crises, sendo a Guerra da Tríplice Aliança (1865-1870) o marco inicial. Ao término dessa guerra, as contradições do sistema político brasileiro foram potencializadas, tornando politicamente viável a alternativa republicana.	
	C4	Com a Proclamação da República, assumiu o poder um governo provisório, no qual o Marechal Deodoro da Fonseca foi nomeado chefe. Em sequência, uma série de reformas de inspiração republicana foi decretada e, em fevereiro de 1891, uma nova Constituição foi adotada, fazendo do Brasil uma República Federal, sob o título de Estados Unidos do Brasil.	
	C5	A Constituição de 1891 trouxe reflexos para a configuração do cenário político brasileiro. Em 25 de fevereiro do mesmo ano, o Congresso Constituinte realizou eleições indiretas, elegendo os primeiros presidentes da República.	
	C6	A seguir, serão analisados os fatores políticos e psicossociais que deram causa à Proclamação da República no Brasil, destacando as personalidades que tiveram atuação relevante naquele período histórico e concluindo quanto à configuração do cenário político brasileiro nos anos subsequentes.	
	C7	Outras ideias julgadas pertinentes.	
PARÂMETRO	IDEIAS	ASPECTOS A SEREM CONSIDERADOS – DESENVOLVIMENTO	Obs
<p>Desenvolvimento (55% a 70%)</p> <p>Ideias</p>		a. Fatores políticos	
	C8	O Manifesto Republicano, de 1870, foi um marco na luta pela República no país, com críticas: ao regime de corrupção e de privilégios; às prerrogativas do trono; à ausência de liberdades econômica, de consciência, de imprensa e de ensino; e ao sistema representativo limitado. Os republicanos propuseram a reforma da sociedade por meios pacíficos, por intermédio da implantação de uma República federativa e democrática. Acreditavam que o regime monárquico era antidemocrático e atrasava o desenvolvimento do Brasil. A base social do republicanismo era constituída, principalmente, por profissionais liberais e jornalistas, que resultou do desenvolvimento urbano e da expansão do ensino. Destaca-se Quintino Bocaiúva, jornalista e um dos líderes republicanos, responsável pela redação do Manifesto Republicano, documento que influenciou a política nos anos posteriores, à medida que enfatiza a necessidade de descentralização administrativa.	
	C9	Outro fator que contribuiu para a queda da monarquia e para a Proclamação da República foi a aspiração federalista, que exprimia uma insatisfação antiga com o sistema vigente. Os presidentes das províncias, nomeados pelo poder central, atuavam como representantes dos interesses do governo do Rio de Janeiro, então capital do Brasil, e pouco se involucravam pelos problemas internos das províncias. Isso se agravava com a administração central travada e que não acompanhou o processo de modernização em curso no país, a partir de 1850. Apesar da importância econômica de São Paulo ter superado a do Rio de Janeiro, durante a década de 1880, sua representação política não condizia com esse fato. Em São Paulo, o descompasso entre a política e a economia foi uma das razões por que ganharam prestígio ideias federalistas, as quais se associaram aos princípios republicanos. A consolidação do federalismo no país foi uma das principais características do novo regime republicano e moldou o cenário político após a Proclamação da República, resultando no domínio das oligarquias regionais de São Paulo e Minas Gerais, que emergiram como atores políticos dominantes e passaram a se alternar na presidência do Brasil, no período conhecido como República das Oligarquias.	

	C10	A questão sucessória contribuiu para a crise e a queda da monarquia no Brasil, levando à Proclamação da República. A doença do imperador Dom Pedro II trazia à tona a questão de um terceiro mandato imperial (Terceiro Reinado). Apesar de a Constituição permitir a sucessão feminina ao trono, o Brasil era um país tradicional e, por isso, apenas um sucessor masculino era percebido pela classe política brasileira como capaz de ser um chefe de Estado. A princesa Isabel, filha do imperador, era a natural sucessora, o que gerava incertezas sobre a continuidade da monarquia. Ainda que ela assumisse, quem seria visto como imperador pela sociedade e governaria o país seria o seu marido, o Conde d'Eu, que, além de ser estrangeiro, era uma figura bastante impopular no Brasil, dificultando, ainda mais, uma possível ascensão da princesa Isabel à coroa.	
	C11	A “questão militar” foi uma sucessão de incidentes, ocorridos entre 1886 e 1887, envolvendo oficiais do Exército Brasileiro e autoridades do governo imperial. Essas divergências agravaram a crise política e deram novo ímpeto à campanha republicana. O Manifesto de 1887, escrito por Rui Barbosa e assinado pelo Marechal Deodoro da Fonseca, defendia a honra militar e evidenciava a indignação com as punições aplicadas aos oficiais envolvidos nesses eventos. Civis republicanos apoiaram os militares, o que contribuiu para o afastamento destes em relação ao governo e ao regime monárquico. Assim, a “questão militar” contribuiu para a crise do regime imperial no Brasil, com destaque para a atuação do Marechal Deodoro, que proclamou a República na praça da Aclamação, no Rio de Janeiro. Além disso, liderou o governo provisório, vindo a ser o primeiro presidente da República recém-instaurada; e convocou uma Assembleia Constituinte para elaborar uma nova Constituição, tendo um papel crucial na transição política do Brasil para o regime republicano. Foi sucedido pelo marechal Floriano Peixoto, evidenciando a influência militar no início da República. Convém mencionar que o anúncio oficial da República foi feito na Câmara Municipal do Rio de Janeiro, por José do Patrocínio, enquanto os líderes do movimento discutiam as bases do futuro governo.	
Desenvolvimento	Conclusão parcial		
(55% a 70%)			
Ideias	C12	Conclui-se, parcialmente , que uma conjunção de fatores políticos culminaram em um clima de descontentamento com a monarquia. A ascensão de ideais republicanos criou um ambiente propício para a Proclamação da República, processo que ocorreu em todo o país de maneira pacífica e praticamente sem lutas, moldando o sistema político brasileiro durante a Primeira República.	
	b. Fatores psicossociais		
	C13	O positivismo teve uma influência significativa na Proclamação da República no Brasil. Os positivistas brasileiros defendiam a substituição do governo monárquico por um governo republicano, baseado nos princípios da ordem e do progresso. Pregavam a solidariedade, como base para o desenvolvimento e o bem-estar da humanidade, bem como a necessidade de uma liderança forte e racional para o país. Ressalta-se a receptividade das ideias de Benjamin Constant (tenente-coronel e professor de matemática), particularmente pelos alunos da Escola Militar do Rio de Janeiro, criando um importante foco republicano. Assim, o positivismo teve uma influência significativa na Primeira República brasileira, especialmente durante o período da República das Oligarquias, que foi iniciada com a posse de Prudente de Moraes na presidência do país, marcando o término da República da Espada.	
	C14	A “questão religiosa” contribuiu para a Proclamação da República no Brasil. Em 1872, os bispos de Olinda e de Belém, obedientes às ordens papais contidas na “ <i>Bula Syllabus</i> ”, que condenava a maçonaria e proibia padres e fiéis de pertencerem a seus quadros, determinaram que as irmandades religiosas expulsassem de suas fileiras as pessoas ligadas a maçonaria. Por pedido das irmandades atingidas, D Pedro II, Imperador do Brasil, ordenou o cancelamento de tais medidas. Os bispos, firmes no seu propósito, foram julgados e condenados, por ordem imperial. Apesar de os bispos terem sido anistiados em 1875, essa questão foi considerada uma afronta à Igreja, ferindo, também, a religiosidade popular, pois o catolicismo era a religião oficial do país. A união entre a Igreja e o Império, assegurada pela Constituição de 1824, foi abalada, levando a Igreja ao afastamento do governo imperial e alguns clérigos ao apoio da causa republicana.	

Desenvolvimento (55% a 70%) Ideias	C15	Outro fator determinante para o fim do Império e a proclamação da República foi a “questão servil” (aboliconista). O Estado imperial apoiava-se na escravidão e era apoiado por escravistas. A questão servil impunha-se desde a abolição do tráfico negreiro, em 1850, pela Lei Eusébio de Queirós. Devido ao crescente movimento aboliconista no país e à repercussão da experiência malsucedida de libertação geral dos escravos, ocorrida nos Estados Unidos da América, o Império do Brasil adotou medidas para uma gradual extinção do regime escravista, tais como a Lei do Ventre Livre (1871) e a Lei dos Sexagenários (ou Lei Saraiva-Cotegipe) (1885). Esta última foi vista pelos adeptos da abolição como uma afronta aos ideais libertários. Percebendo que o sistema escravista se desagregava rapidamente, a elite cafeeira paulista apressou o plano de imigração. A abolição da escravidão, ocorrida em 13 de maio de 1888, ocorreu sem indenizações para os mesmos. Com isso, os cafeicultores do Vale do Paraíba e os senhores de engenho do Nordeste romperam com Dom Pedro II (que perdeu sua grande base de sustentação) e se aproximaram do movimento republicano. Salienta-se a atuação de Joaquim Nabuco e José do Patrocínio nas campanhas aboliconistas, favoráveis a uma campanha de debates e à legislação emancipadora.		
	C16	O surgimento de uma classe média, constituída por profissionais liberais, pequenos comerciantes, industriais, militares e funcionários públicos civis, foi estimulado pela chegada de imigrantes, pelo desenvolvimento das cidades e pelo surto industrial ocorrido no Segundo Reinado. Influenciados por ideias republicanas e democráticas, esses novos grupos sociais tiveram influência decisiva no movimento pela mudança do regime político e exerceram grande influência no sistema político republicano.		
	Conclusão parcial			
	C17	Infere-se, parcialmente , que fatores psicossociais causaram mudanças nas percepções e aspirações da população brasileira, contribuindo para a ascensão de um sentimento de modernização e progresso, evidenciando a insatisfação da sociedade com a monarquia centralizadora e influenciando o cenário político que se formou após a implantação da República no Brasil.		
	C18	Outras ideias julgadas pertinentes.		
PARÂMETRO	IDEIAS	ASPECTOS A SEREM CONSIDERADOS – CONCLUSÃO	Obs	
Conclusão (20% a 30%) Ideias	C19	A Proclamação da República mudou, radicalmente, a história brasileira e foi resultado de um movimento articulado entre militares e civis, insatisfeitos com a monarquia, que vigorava no país desde a independência, em 1822.		
	C20	Em síntese , fatores políticos e psicossociais ocasionaram a crise da monarquia e ressaltaram a ineficiência do governo em lidar com questões sociais e políticas, alimentando a adoção de um sistema republicano. Além disso, a formação de uma identidade nacional mais unificada, impulsionada por líderes militares e civis republicanos, gerou um movimento coletivo em direção à ruptura com o passado monárquico, configurando o cenário político nos anos seguintes.		
	C21	Conclui-se que, nos anos posteriores à implantação da República, o Brasil foi chefiado por militares, ficando esse período conhecido como a “República da Espada”. Houve a descentralização do poder político, resultante das aspirações federalistas, do positivismo e das ideias do Manifesto Republicano. Com o fim da República da Espada, houve o início do predomínio de grupos de elite econômica e social, geralmente proprietários de terras, cafeicultores, industriais e comerciantes, que emergiram como atores políticos dominantes, refletindo um equilíbrio delicado entre o poder central e os interesses regionais, principalmente dos estados de São Paulo e Minas Gerais.		
	C22	Conclui-se, ainda , que os interesses das elites agrárias contribuíram para a consolidação da República Oligárquica, moldando o sistema político brasileiro durante a Primeira República e evidenciando que a política teve forte influência da elite cafeeira, à medida que o fim da escravidão significou a emergência do poder dos cafeicultores do Oeste paulista, que buscavam proteger seus interesses e dominaram a política durante toda a República Velha.		
	C23	Por fim, a República não tinha legitimidade popular e a organização político-partidária era escassa, sinalizando o seu conturbado início e ressaltando a necessidade de evolução que seria necessária à modernização política e social do Brasil.		
C24	Outras ideias julgadas pertinentes.			
CONHECIMENTO – MENÇÃO (E-MB-B-R-I)				

3. EXPRESSÃO ESCRITA

PARÂMETRO	ASPECTOS A SEREM CONSIDERADOS	Obs
(A) COERÊNCIA: as ideias são encadeadas de modo a respeitar a ordenação lógica do pensamento; o autor não se contradiz.	A1: Desenvolvimento incompreensível, incoerente, ilógico ou contraditório devido à inexistência de articulação de ideias e/ou a excessivas contradições.	
	A2: Desenvolvimento parcialmente compreensível, embora fragmentado, com má articulação de ideias. Há contradições que não dificultam a compreensão, coerência e lógica global, mas registram dificuldade de compreensão localizada.	
	A3: Desenvolvimento compreensível, coerente, lógico e sem contradições, no qual todas as ideias apresentadas são desenvolvidas, proporcionando leitura fluente.	
(B) CLAREZA: o texto claro reflete a limpidez do pensamento, facilita a pronta percepção e jamais obriga o leitor a retornar para entender melhor alguma parte.	B1: Texto pouco claro como um todo, obrigando retornos frequentes do leitor.	
	B2: Ocorrência de pouca clareza em partes do texto.	
	B3: Texto suficientemente claro, de fácil entendimento do leitor.	
(C) OBJETIVIDADE: caracteriza-se pela economia verbal, sem prejuízo da eficácia da comunicação do pensamento. O bom texto vai direto ao ponto, desenvolve-se de maneira sóbria e retilínea e evita divagações inúteis, muitas vezes propositais (expediente infantil, usado para aumentar o texto sem lhe conferir qualidade). O exagero da objetividade leva ao laconismo, comprometendo a clareza, ou redundando em omissão de conteúdo.	C1: É pouco objetivo, vago e com divagações inúteis na (quase) totalidade do texto.	
	C2: É parcialmente objetivo em determinadas partes do texto.	
	C3: É objetivo, com linguagem direta e preciso na exposição das suas ideias.	
(D) COESÃO: avalia-se o emprego de elementos coesivos: pronomes, conjunções, preposições, tempos verbais, pontuação.	D1: Inobservância total dos elementos que efetuam a coesão dentro dos parágrafos e/ou entre os parágrafos. Pouco coeso.	
	D2: Emprego inadequado dos elementos da coesão.	
	D3: Empregou parcialmente os elementos coesivos.	
	D4: Emprego correto e diversificado dos elementos coesivos, gerando texto coeso.	
(E) CORREÇÃO GRAMATICAL	E1: Ortografia.	
	E2: Pontuação.	
	E3: Concordância.	
	E4: Regência.	
	E5: Apresentação / Rasura	
EXPRESSÃO ESCRITA – MENÇÃO (E-MB-B-R-I)		
RESULTADO DA QUESTÃO		
MENÇÃO OBTIDA NA QUESTÃO (E-MB-B-R-I)		

2ª QUESTÃO (Valor 4,0)

“Tendo chegado ao poder por meio de um golpe de Estado, caberia a Napoleão Bonaparte a tarefa de consolidar internamente e difundir externamente algumas das principais conquistas da Revolução Francesa. Sua ascensão foi resultado das crises que enfraqueceram o Diretório, atacado pelos partidários da realeza, que queriam a restauração do Antigo Regime, e pressionado pelas camadas populares, que exigiam a volta do Terror.”

(ARRUDA, José Jobson de A.; PILETTI, Nelson. *Toda a História: História Geral e História do Brasil*. 13. Ed. São Paulo: Ática, 2007, p. 174)

Apresentar os empreendimentos de expansão territorial instituídos pela França, a partir do século XIX, **destacando** os conflitos bélicos ocorridos nesse contexto histórico.

1. MÉTODO

PARÂMETRO	IDEIAS	ASPECTOS A SEREM CONSIDERADOS – INTRODUÇÃO	Obs
Introdução (10% a 20%) Identificação do objeto correto	M1	Abordagem da ideia central.	
	M2	Delimitação do espaço geográfico e/ou do tempo	
	M3	Ideias complementares relacionadas com a questão que evidenciem uma preparação correta para o desenvolvimento	
	M4	Não elaboração da introdução de forma abrupta.	
	M5	Não antecipação de partes do desenvolvimento.	
	M6	Ligação com o desenvolvimento.	

PARÂMETRO	IDEIAS	ASPECTOS A SEREM CONSIDERADOS – DESENVOLVIMENTO	Obs	
Desenvolvimento (80% a 90%) Compreensão do nível de desempenho/ Identificação do objeto correto	M7	Divisão da solução em introdução e desenvolvimento.		
	M8	Atendimento da imposição da servidão (citação e justificativa das ideias ou somente justificativa).	Em todas as ideias.	
			Em mais da metade das ideias.	
			Em menos da metade das ideias.	
	M9	Identificação da coerência das ideias com o objeto.	Em todas as ideias.	
			Em mais da metade das ideias.	
			Em menos da metade das ideias.	
	M10	Citação e justificativa das ideias com ligação de causa e efeito.	Em todas as ideias.	
			Em mais da metade das ideias.	
			Em menos da metade das ideias.	
	M11	Atendimento da imposição do destaque	Em todas as ideias.	
			Em mais da metade das ideias.	
			Em menos da metade das ideias.	
MÉTODO – MENÇÃO (E-MB-B-R-I)				

2. CONHECIMENTO

PARÂMETRO	IDEIAS	ASPECTOS A SEREM CONSIDERADOS – INTRODUÇÃO	Obs
Introdução (10% a 20%) Algumas ideias	C1	A partir do século XIX, a França lançou uma série de empreendimentos para expandir seu território em diferentes regiões do mundo. Essas iniciativas visavam a promover o poder e a influência francesas no cenário internacional, garantir recursos naturais e fortalecer sua economia.	
	C2	No século XIX, a França esteve envolvida em empreendimentos de expansão territorial, impulsionada pela busca por novas fontes de riqueza e poder. Durante o período napoleônico, sob o comando de Napoleão Bonaparte, foi capaz de conquistar uma grande parte da Europa continental, estabelecendo um vasto império colonial, principalmente na África e na Ásia.	
	C3	Essa expansão territorial levou a uma série de conflitos bélicos, tanto com as populações locais que resistiam à colonização quanto com outras potências europeias que competiam por territórios.	
	C4	Após a Primeira Guerra Mundial, a França teve um papel importante na criação da Liga das Nações, precursora da ONU. Além disso, desempenhou um papel central na Segunda Guerra Mundial, junto aos aliados (Estados Unidos da América, Inglaterra e Rússia), contribuindo para a derrota da Alemanha na guerra.	
	C5	A seguir, serão apresentados os empreendimentos de expansão territorial instituídos pela França, a partir do século XIX, destacando os conflitos bélicos ocorridos nesse contexto histórico.	
	C6	Outras ideias julgadas pertinentes.	
PARÂMETRO	IDEIAS	ASPECTOS A SEREM CONSIDERADOS – DESENVOLVIMENTO	Obs
Desenvolvimento (80% a 90%) Algumas ideias	C7	<p>a. Guerra da França contra a Terceira Coligação (Coalizão)</p> <p>A guerra da França contra a Terceira Coligação foi um conflito ocorrido entre 1805 e 1806, durante as guerras napoleônicas. A Terceira Coligação foi formada pela Áustria, Reino Unido, Rússia, Nápoles e Suécia, com o objetivo de conter a expansão francesa, liderada por Napoleão Bonaparte, imperador francês. Os ingleses venceram os franceses, na batalha naval de Trafalgar; mas as tropas francesas derrotaram os austríacos e os russos, na batalha de Ulm e, posteriormente, de forma decisiva, na batalha de Austerlitz. Após a derrota da Áustria e da Rússia, a França assinou os Tratados de Pressburg e Tilsit, que lhe garantiram a hegemonia sobre a Europa central. O Sacro Império, que reunia diversos Estados, como a Prússia, foi extinto. Em seu lugar, foi criada a Confederação do Reno (ou Liga Renana), constituída por 16 Estados alemães, sob tutela francesa.</p>	

<p>Desenvolvimento (80% a 90%)</p> <p>Algumas ideias</p>	<p>C8</p>	<p>b. Bloqueio Continental O Bloqueio Continental, imposto por Napoleão Bonaparte, a partir de 21 de novembro de 1806, com a assinatura do Tratado de Berlim, forçou os países europeus a fecharem seus portos ao comércio inglês, visando a enfraquecer, economicamente, o Reino Unido. A transferência da corte portuguesa para o Brasil ocorreu devido à pressão napoleônica. A Rússia se recusou a aderir plenamente ao bloqueio, levando à invasão francesa, da Rússia, em 1812, contribuindo para a queda de Napoleão. O Bloqueio Continental terminou com a derrota de Napoleão em 1815, após a batalha de Waterloo, marcando o fim do Império de Napoleão e trazendo diversas consequências, como o isolamento da Grã-Bretanha e a reconfiguração política na Europa.</p>	
	<p>C9</p>	<p>c. Guerra da França contra a Quarta Coligação A guerra da França contra a Quarta Coligação ocorreu entre 1806 e 1807, como parte das guerras napoleônicas. A Quarta Coligação foi formada, dentre outros, pela Rússia, Reino Unido, Prússia, Áustria e Suécia. A guerra iniciou com a invasão da Prússia pelas forças francesas, que derrotaram o exército prussiano na batalha de Jena-Auerstedt. Em 1807, as forças francesas continuaram suas campanhas militares. Em junho, ocorreu a batalha de Friedland, onde a Rússia foi derrotada pela França. O resultado da guerra da França contra a Quarta Coligação foi a expansão territorial francesa e a consolidação de sua hegemonia na Europa.</p>	
	<p>C10</p>	<p>d. Invasão da península Ibérica Em 1807, Napoleão Bonaparte invadiu a Espanha e Portugal, abrindo mais uma frente de batalha. A causa da ofensiva contra Portugal foi o não cumprimento do bloqueio comercial estabelecido contra a Inglaterra. Já na Espanha ocupada, Napoleão nomeou seu irmão, José Bonaparte, como rei do país, provocando insurreições de cunho nacionalista. Os espanhóis expulsaram José Bonaparte de Madrid, vindo a eclodir a chamada Guerra da Independência Espanhola (1808-1814). A invasão francesa e os interesses ingleses levaram a corte portuguesa a transferir-se para o Brasil, em 1808.</p>	
	<p>C11</p>	<p>e. Guerra da França contra a Quinta Coligação A Quinta Coligação (ou Quinta Coalizão), foi a aliança formada pelo Reino Unido e pelo Império austríaco, contra a França, de Napoleão Bonaparte. A França derrotou os austríacos, na batalha de Wagram (julho de 1809). Com um exército que parecia imbatível, o poder napoleônico chegou a seu ápice. Após o fim da guerra contra a Quinta Coalizão, o Império napoleônico atingiu o auge do seu poder e influência, controlando boa parte da Europa Ocidental, chegando à máxima extensão territorial no começo de 1812.</p>	
	<p>C12</p>	<p>f. Campanha russa Em 1812, os russos romperam o bloqueio contra a Inglaterra. Em face disso, Napoleão Bonaparte invadiu a Rússia, com um exército de 600 mil soldados. Venceu diversas batalhas, dentre elas Smolensk, Borodino e Moscou, porém suas tropas sucumbiram ao rigoroso inverno russo ("General Inverno") e à política de terra arrasada, adotada pelos russos, tendo Moscou sido incendiada, inclusive. A retirada francesa do território russo foi desastrosa. O exército foi dizimado pelo frio e pela fome. Apenas 30 mil soldados retornaram à França.</p>	
	<p>C13</p>	<p>g. Guerra da França contra a Sexta Coligação A guerra da França contra a Sexta Coligação, entre 1813 e 1814, foi outro conflito ocorrido durante as guerras napoleônicas. A Prússia e a Áustria aliaram-se à Rússia e invadiram a França, a partir das fronteiras leste e norte. As tropas francesas, lideradas por Napoleão, foram derrotadas na batalha de Leipzig (Confederação do Reno). Em janeiro de 1814, Paris foi ocupada pelas tropas da Sexta Coligação. Napoleão renunciou ao poder e foi exilado na Ilha de Elba. A guerra da França contra a Sexta Coligação marcou o início do período conhecido como a Restauração.</p>	
	<p>C14</p>	<p>h. Governo dos Cem Dias (guerra da França contra a Sétima Coligação) A população francesa reagiu mal à tentativa de restauração da monarquia francesa pelas potências europeias e pelos políticos franceses. Estimulado e ajudado por militares, Napoleão Bonaparte fugiu da ilha de Elba e retornou ao poder por um curto período, conhecido como os "Cem Dias". A derrota final de Napoleão Bonaparte ocorreu na batalha de Waterloo, em 1815, quando as forças da Sétima Coligação, lideradas pelos ingleses (Duque de Wellington) e pela Prússia, o venceram e o exilaram na ilha de Santa Helena, onde faleceu em 1821, pondo fim ao Império napoleônico. A França acabou não sendo desmembrada e loteada entre os vencedores, mantendo, assim, as mesmas fronteiras da época do Antigo Regime.</p>	

Desenvolvimento (80% a 90%) Algumas ideias	C15	<u>i. Conquista da Argélia</u> A conquista da Argélia pela França ocorreu entre 1830 e 1847. A França invadiu a Argélia, tomou Argel e assumiu o controle de comunidades costeiras. Em meio a conflitos políticos internos na França, as decisões foram tomadas para manter o controle sobre o território e forças militares adicionais foram trazidas, ao longo dos anos seguintes, para acabar com a resistência no interior do país. A guerra da Argélia (1954-1962) foi uma das mais terríveis guerras de independência da África, no contexto da descolonização. A França reconheceu a independência da Argélia em 5 de julho de 1962.	
	C16	<u>j. Partilha da África</u> A necessidade de expansão dos mercados consumidores de produtos manufaturados e fornecedores de matéria-prima, a partir de meados do século XIX, deu início à nova corrida colonial, empreendida pelas potências industriais da Europa. A França conquistou vastas extensões territoriais na África. Sua expansão se deu de forma mais intensa na África Ocidental e Central, além de conquistar, também, territórios insulares, como Madagascar. As iniciativas colonialistas francesas tiveram seu ápice com a partilha do continente africano, organizada durante a Conferência de Berlim (1884-1885).	
	C17	<u>k. Partilha da Ásia</u> A Indochina francesa foi parte do Império colonial francês. A colonização francesa, na Indochina, ocorreu a partir de 1859, com a ocupação do Vietnã, Laos e Camboja, com o objetivo de obter matérias-primas (borracha, arroz, café e ópio), além de exercer controle estratégico sobre o Sudeste Asiático. Durante a Guerra da Indochina, os franceses foram derrotados na batalha de Dien Bien Phu , em 1954, e forçados a abandonar a Indochina.	
	C18	<u>l. Acordo Sykes-Picot</u> O Acordo Sykes-Picot, firmado em 16 de maio de 1916, foi um acordo secreto entre o Reino Unido e a França, que definiu as suas respectivas esferas de influência no Oriente Médio, considerando-se a hipótese de derrota do Império otomano na Primeira Guerra Mundial. Tal divisão deveria contemplar os interesses estratégicos das grandes potências imperialistas na região, notadamente, com referência ao petróleo e à administração do Canal de Suez. A França assumiu o controle da Síria, do Líbano, do sul da Turquia e do norte do Iraque, por meio de mandatos concedidos pela Liga das Nações. Com a ocupação dessas regiões, a França estabeleceu um governo colonial e buscou consolidar sua influência política, econômica e cultural. A independência do Líbano e da Síria ocorreu após o término da Segunda Guerra Mundial, fruto de movimentos de independência e de pressão internacional.	
	C19	<u>m. Recuperação de territórios nos pós-guerras</u> Após a Primeira Guerra Mundial (I GM), de acordo com o Tratado de Versalhes, o território da Alsácia-Lorena, perdido para a Alemanha durante a guerra franco-prussiana (1870), foi cedido à França, que também recebeu colônias alemãs na África, bem como pequenas áreas na fronteira com a Itália. Após a Segunda Guerra Mundial, a França não experimentou grandes expansões territoriais permanentes, como ocorreu durante a era colonial.	
	C20	<u>n. Territórios ultramarinos franceses</u> A França, atualmente, mantém territórios ultramarinos em diferentes continentes, que estão sob sua soberania, seja no continente americano, seja na África. Esses territórios possuem diferentes níveis de autonomia e estatutos políticos. O mais importante desses territórios é a Guiana Francesa, localizada na América do Sul, com uma área de aproximadamente 83.534 km ² e população estimada em cerca de 290.000 habitantes.	
	C21	Outras ideias julgadas pertinentes.	
CONHECIMENTO – MENÇÃO (E-MB-B-R-I)			

3. EXPRESSÃO ESCRITA

PARÂMETRO	ASPECTOS A SEREM CONSIDERADOS	Obs
(A) COERÊNCIA: as ideias são encadeadas de modo a respeitar a ordenação lógica do pensamento; o autor não se contradiz.	A1: Desenvolvimento incompreensível, incoerente, ilógico ou contraditório devido à inexistência de articulação de ideias e/ou a excessivas contradições.	
	A2: Desenvolvimento parcialmente compreensível, embora fragmentado, com má articulação de ideias. Há contradições que não dificultam a compreensão, coerência e lógica global, mas registram dificuldade de compreensão localizada.	
	A3: Desenvolvimento compreensível, coerente, lógico e sem contradições, no qual todas as ideias apresentadas são desenvolvidas, proporcionando leitura fluente.	
(B) CLAREZA: o texto claro reflete a limpidez do pensamento, facilita a pronta percepção e jamais obriga o leitor a retornar para entender melhor alguma parte.	B1: Texto pouco claro como um todo, obrigando retornos frequentes do leitor.	
	B2: Ocorrência de pouca clareza em partes do texto.	
	B3: Texto suficientemente claro, de fácil entendimento do leitor.	
(C) OBJETIVIDADE: caracteriza-se pela economia verbal, sem prejuízo da eficácia da comunicação do pensamento. O bom texto vai direto ao ponto, desenvolve-se de maneira sóbria e retilínea e evita divagações inúteis, muitas vezes propositais (expediente infantil, usado para aumentar o texto sem lhe conferir qualidade). O exagero da objetividade leva ao laconismo, comprometendo a clareza, ou redundando em omissão de conteúdo.	C1: É pouco objetivo, vago e com divagações inúteis na (quase) totalidade do texto.	
	C2: É parcialmente objetivo em determinadas partes do texto.	
	C3: É objetivo, com linguagem direta e preciso na exposição das suas ideias.	
(D) COESÃO: avalia-se o emprego de elementos coesivos: pronomes, conjunções, preposições, tempos verbais, pontuação.	D1: Inobservância total dos elementos que efetuam a coesão dentro dos parágrafos e/ou entre os parágrafos. Pouco coeso.	
	D2: Emprego inadequado dos elementos da coesão.	
	D3: Empregou parcialmente os elementos coesivos.	
	D4: Emprego correto e diversificado dos elementos coesivos, gerando texto coeso.	
(E) CORREÇÃO GRAMATICAL	E1: Ortografia.	
	E2: Pontuação.	
	E3: Concordância.	
	E4: Regência.	
	E5: Apresentação / Rasura	
EXPRESSÃO ESCRITA – MENÇÃO (E-MB-B-R-I)		
RESULTADO DA QUESTÃO		
MENÇÃO OBTIDA NA QUESTÃO (E-MB-B-R-I)		

ORIENTAÇÕES GERAIS

O avaliador deverá fazer as observações que julgar pertinentes na própria prova e no espaço abaixo, de maneira a orientar o estudo do aluno no PEP.

A prova deverá ser corrigida por menções (E-MB-B-R-I) em cada uma das partes que a constituem, formulando-se uma avaliação geral por questão, de modo a facilitar o direcionamento do estudo do aluno para que realize uma prova equilibrada.

Algumas ideias são sugeridas para balizar a avaliação do conhecimento a ser feita pelo orientador.

No que se refere ao MÉTODO, as considerações a serem feitas pelo Avaliador deverão estar de acordo com o prescrito na Publicação de MÉTODO, do CP/CAEM.

Para uma melhor preparação quanto à Expressão Escrita, sugere-se ao aluno do PEP enviar sua prova para um professor de Português.

A divisão do item “Desenvolvimento” em partes ou itens coerentes, no ND análise deve ser encarada de forma específica, admitindo-se várias formas de solução, de acordo com o pedido formulado.

